

## GOVERNAMENTALIDADE E GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NA RACIONALIDADE POLÍTICA MODERNA

GOVERNMENTALITY AND ALGORITHMIC GOVERNMENTALITY: CONTINUITIES AND DISCONTINUITIES IN MODERN POLITICAL RATIONALITY

Jorge Luiz Domiciano<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é realizar uma análise relacional dos conceitos de governamentalidade algorítmica, proposto por Rouvroy e Berns e de governamentalidade, proposto por Foucault, buscando entender as continuidades e diferenças do primeiro em relação ao último em termos epistêmicos e sociopolíticos. Para isso, dividiremos nossa exposição em dois momentos: o primeiro é dedicado à exposição de conceitos políticos foucaultianos como biopoder, dispositivos de poder e governamentalidade; e o segundo é dedicado ao conceito de governamentalidade algorítmica, em que buscaremos entender as transformações operadas pelas estratégias e tecnologias de poder na virada do paradigma disciplinar para o paradigma do controle, tal como introduzido no debate contemporâneo por Deleuze. Concluimos argumentando que a governamentalidade algorítmica carrega, enquanto tecnologia política, preocupações semelhantes à governamentalidade tradicional, mas as atualiza em uma nova estrutura tecno-epistêmica, que tende a produzir novas formas de subjetivação que não são mais sustentadas no discurso jurídico ou na disciplina, mas na construção de perfis digitais.

**Palavras-chave:** Governamentalidade, Governamentalidade Algorítmica, Sociedades de controle, Cibernética

**Abstract:** *The goal of this paper is to carry out a relational analysis of the concepts of algorithmic governmentality, proposed by Rouvroy and Berns and of governmentality, proposed by Foucault, seeking to understand the continuities and differences of the former in relation to the latter in epistemic and sociopolitical terms. To this end, we will divide our exposition into two moments: the first is dedicated to the exposition of Foucauldian political concepts such as biopower, power dispositives and governmentality; and the second is dedicated to the concept of algorithmic governmentality, in which we will seek to understand the transformations operated by strategies and technologies of power in the shift from the disciplinary paradigm to the paradigm of control, as introduced into the contemporary debate by Deleuze.. We conclude by arguing that algorithmic governmentality carries, as a political technology, similar concerns to traditional governmentality, but updates them in a new techno-epistemic structure, which tends to produce new forms of*

---

<sup>1</sup> Atualmente é mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" e possui licenciatura em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2019). Estuda especialmente tópicos de Filosofia da Tecnologia e Filosofia da Informação em um viés histórico-filosófico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0699-6481>. A presente pesquisa foi feita sob financiamento da CAPES.

*subjectivation that are no longer based on legal discourse or discipline, but on the construction of digital profiles.*

**Keywords:** *Governmentality, Algorithmic Governmentality, Societies of Control, Cybernetics*

## Introdução

Diante do atual cenário de deslumbramento coletivo provocado por novos e cada vez mais sofisticados aparatos tecnológicos, em que há uma crescente preocupação com os possíveis usos políticos que deles podem ser feitos, se faz necessário lançar um olhar em perspectiva histórica. Com isso torna-se possível compreendê-los como produtos emergentes de um longo e complexo processo de transformações e continuidades no mundo das técnicas e tecnologias, das estratégias e táticas modernas. Nas análises empreendidas por Michel Foucault<sup>2</sup>, vemos que uma rede de tecnologias, estratégias e dispositivos de poder<sup>3</sup> estão na base da racionalidade política que governa a sociedade<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Perpassa este artigo um tema foucaultiano central para a nossa argumentação, mas que não desenvolvemos detidamente por uma questão tanto de falta de competência do autor quanto de escolha, que é o tema do poder. Pois não é nosso objetivo fazer um trabalho exegético dos conceitos e vocabulários do filósofo francês, mas partir de seu pensamento para apreendemos problemas da atualidade que ele próprio não pode pensar. Apesar disso, julgamos relevante indicar nesta nota o que Foucault entende por poder. Para Foucault (1995), “o poder só existe em ato” (p. 242), i. e., apenas enquanto é exercido, na relação, e não per se. Em sua caracterização: “O poder não é uma substância. Tampouco é alguma propriedade misteriosa cuja origem deve ser perquirida. O poder é simplesmente um certo tipo de relação entre os indivíduos. Trata-se de relações específicas, ou seja, que nada têm a ver com troca, produção, comunicação, embora estejam ligadas a estas últimas. O traço característico do poder é que certos homens podem, mais ou menos, determinar por completo a conduta de outros homens – mas nunca de maneira exaustiva ou coercitiva. Um homem acorrentado e espancado é submetido à força que exercem sobre ele. Mas não ao poder. Mas se ele pode ser induzido a falar, embora seu último recurso pudesse ter sido calar-se, preferindo a morte, isso significa que ele foi levado a comportar-se de uma certa maneira. Sua liberdade foi submetida ao poder. Ele foi dominado pelo governo. Se um indivíduo pode permanecer livre, por menor que seja sua liberdade, o poder pode submetê-lo ao governo. Não existe poder sem oposição ou revolta em potencial” (2006, p. 384). Portanto, o político e o governo precisam, para se efetivarem, de que o governado possa resistir e se opor. Caso não exista essa possibilidade, a relação é de pura dominação e violência.

<sup>3</sup> Essa noção (dispositivo) aparecerá em outros momentos em nosso texto, especialmente quando mencionamos o dispositivo de segurança, de modo que se faz importante esclarecê-la a partir de Foucault (1998). Segundo o filósofo, um dispositivo é: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (p. 244).

<sup>4</sup> Além de dispositivo, algumas noções que empregamos com frequência neste artigo, como técnica e tecnologia, estratégias e racionalidade política, têm funções próprias na argumentação foucaultiana e estão ligadas ao tema do poder. Partindo da concepção nietzscheana sobre o poder (Castro, 2004, p. 335), isto é, do poder entendido como enfrentamento e confronto de forças, Foucault se inspira, em alguns de seus estudos políticos, no tema da arte da guerra dos séculos XVIII e XIX (2005, p. 53). A partir desse aporte, o filósofo fala em estratégias e táticas para pensar os programas de efetivação do poder. E, na medida em que o poder é relacional e depende de uma certa autonomia daquele que a ele é submetido, é preciso surgir, no pensamento político, uma racionalidade própria que torne possível o governo. Entendemos a racionalidade política não como uma entidade, ou um impulso inerente aos indivíduos, mas como a dimensão das estratégias e táticas historicamente pensadas e desenvolvidas em uma época, que permitem levar a cabo com eficiência o governo dos indivíduos e da população. No plano dessa racionalidade política as noções de técnica e tecnologia se tornam inteligíveis, pois dizem respeito ao caráter engenhoso, artificial, inventado, dos modos de levar a cabo um programa político. Nesse sentido, as técnicas e tecnologias políticas de uma sociedade são modos de expressão de sua racionalidade. Sobre a relação entre os mecanismos de poder e as noções de técnica e tecnologia, ainda, Foucault faz a seguinte afirmação: “[...] esses mecanismos de poder, esses procedimentos de poder, é preciso considerá-los como técnicas, quer dizer, como procedimentos que têm sido inventados, aperfeiçoados, que se desenvolvem sem cessar. Existe uma verdadeira tecnologia de poder ou, melhor, de poderes, que têm sua própria história” (Foucault apud Castro, 2004, p. 336). Em nosso artigo, é central indicar o desenvolvimento da racionalidade política que emerge com o problema moderno da população e que, com mutações, chega à atualidade expressa na forma de um governo

O governo político moderno se efetiva por meio de tecnologias diversas, de modo que estas não são alheias ou separadas dos usos políticos que delas podem ser feitos. Com base nessa observação, buscaremos analisar, neste artigo, as tecnologias informacionais contemporâneas a partir das relações e estratégias de poder que as engendram.

Buscando apreender o modo como os saberes, técnicas e dispositivos de poder se enredam no processo político moderno, Foucault cria o conceito de *governamentalidade* (2008). Com base nesse conceito, julgamos ser possível vislumbrar as linhas de desenvolvimento de uma racionalidade política que surge no século XVI, na literatura sobre as artes de governar, até chegarmos à sua expressão contemporânea, no contexto das sociedades informacionais. Nesse novo momento, no entanto, aparece uma reformulação do conceito foucaultiano para abarcar uma realidade permeada de novos saberes. Para dar conta do cenário tecnocientífico emergente no pós-Guerra, autores como Rouvroy e Berns (2015) se inspiram no estudo do pensador francês para proporem o conceito de *governamentalidade algorítmica*.

Buscando analisar ambos os conceitos, propostos por Foucault e Rouvroy e Berns, propomos os seguintes problemas como norteadores do presente artigo: quais são as origens históricas e filosóficas e quais são os aspectos centrais da governamentalidade chamada algorítmica? Em que medida o conceito de governamentalidade algorítmica se coaduna com as tecnologias de poder e a governamentalidade modernas analisadas por Foucault? Para tentar responder esses problemas, nossa exposição será estruturada do seguinte modo. Em um primeiro momento discutiremos alguns conceitos políticos fundamentais, desenvolvidos por Foucault em sua fase genealógica, para chegarmos ao conceito, central para nossa investigação, de governamentalidade. No segundo momento, analisaremos desenvolvimentos contemporâneos da problemática iniciada por Foucault, com enfoque no conceito de governamentalidade algorítmica. Por fim, apresentamos as principais diferenças e continuidades no desenvolvimento contemporâneo das tecnologias de governo, em relação a suas formas modernas.

### **Foucault, tecnologias políticas e governamentalidade**

Nesta etapa de nossa exposição, faremos uma breve caracterização dos conceitos de *poder disciplinar*, *biopoder* e *dispositivos de segurança*, em Foucault, buscando articulá-los com o problema da *governamentalidade*. Esses conceitos nos permitem entender instituições modernas

---

informacional das populações e dos indivíduos. Nesse contexto, as chamadas tecnologias de informação e comunicação parecem atender a um programa de exercício algorítmico de poder.

como redes imanentes que estabelecem relações de poder, produzem subjetivações e tornam possível o governo populacional.

Dentre os momentos da trajetória intelectual de Foucault, destacamos aqueles que se inserem na fase genealógica de seu pensamento<sup>5</sup>. Essa fase consiste na preocupação histórica com a questão do poder, que se apresentará como um instrumento conceitual do filósofo na investigação da produção dos saberes modernos (Machado, 1998, p. xi-xii). Nessa fase, que se iniciou na metade da década de 1970, surgiram os conceitos de poder disciplinar, biopolítica e, mais tarde, de governamentalidade.

No curso *Em defesa da sociedade* (2005), Foucault investiga como surge um conjunto de saberes, técnicas e tecnologias que permitiram, entre os séculos XVII e XIX, enquadrar politicamente o corpo coletivo<sup>6</sup> nos nascentes espaços urbanos da Europa. Nessa investigação, o autor chega ao conceito de biopolítica. Em nossa interpretação<sup>7</sup>, a biopolítica é uma tecnologia de poder que permite abordar um problema novo, que se difere daquele de períodos precedentes. No contexto político moderno, não mais se encara o povo como conjunto de súditos em que se deve exercer um poder soberano por meio de punições exemplares e um domínio paternalista, inspirado no modelo familiar de governo<sup>8</sup>.

A biopolítica é um modo de poder que se direciona à população enquanto um corpo social e que produz a noção de humano como uma espécie que deve ser conhecida cientificamente para ser gerida. Enquanto o poder soberano, paradigma político precedente se fundava na prerrogativa jurídica do *fazer morrer e deixar viver*, o poder biopolítico se assenta na prerrogativa normativa do *fazer viver e deixar morrer*<sup>9</sup> (Foucault, 2005, p. 287).

---

<sup>5</sup> Adotamos a ideia de uma fase genealógica no pensamento de Foucault a partir de Roberto Machado (1998).

<sup>6</sup> Usamos o termo “corpo coletivo” como uma metáfora que se refere à concepção moderna de biopolítica, segundo a qual a população passa a ser gerida como uma espécie de corpo vivo.

<sup>7</sup> Na maior parte da exposição sobre Foucault, buscaremos apresentar uma interpretação livre sobre o texto foucaultiano. Essa interpretação se baseia, sobretudo, na aula do dia 17 de março de 1976, do curso *Em defesa da sociedade* (2005, p. 285-315), em que Foucault apresenta seu conceito de biopolítica, e na aula de 1º de fevereiro de 1978 (2008, p. 117-153), do curso *Segurança, território e população*, em que o conceito de governamentalidade é desenvolvido pelo filósofo.

<sup>8</sup> Em relação ao modelo familiar de governo, referimo-nos a um paradigma corrente entre os séculos XVI e XVIII. Esse paradigma concebia a arte de governar um Estado como semelhante, ou como uma reprodução em maior escala, à arte de governar uma família, de modo que o soberano deveria se colocar como uma figura paterna em relação a seus súditos, que estariam na posição de seus filhos (Foucault, 2008, p. 126-7).

<sup>9</sup> Explicitando esse ponto, entendemos que o poder soberano se ancorava em um direito que o soberano, o monarca, possuía em relação aos seus súditos, que era o de matá-los caso infringissem a lei. No caso do biopoder, menos que uma justificativa jurídica, temos uma prerrogativa científica que se instaura como fundamento político. Exercer o poder sobre a população não é uma questão que se coloca negativamente por força da lei (punir com a morte o súdito que a infringe), mas positivamente por meio de uma norma: é preciso estabelecer padrões, normas, que sirvam de parâmetro científico para a gestão do crescimento e da saúde coletiva da espécie humana. O saber científico surge nesse momento como o critério e como norteador do exercício do poder; em outras palavras, esse saber científico estabelece uma normatividade política.

Inerente à biopolítica, Foucault apresenta a particularidade do biopoder; este se difere do poder disciplinar, uma vez que não se direciona ao corpo anatômico, individualizado, como o fazem as técnicas disciplinares<sup>10</sup>. O biopoder se direciona ao ser humano enquanto uma espécie e seu foco de atenção, de investimento e de controle é a dimensão viva da humanidade enquanto um corpo coletivo, enquanto população. Entretanto, o autor ressalta que não há divergência entre as duas modalidades de poder, mas uma complementaridade: “Temos, pois, duas séries: a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado” (Foucault, 2005, p. 298)<sup>11</sup>.

O tema da população adquiriu relevância nas investigações do período genealógico de Foucault. Na perspectiva do filósofo, em torno do problema da população surgiu uma racionalidade política que se afirmava por meio de diversas estratégias correlacionadas. No curso *Segurança, território e população* (2008), por exemplo, é possível notar como, junto dos conceitos de poder disciplinar e de biopolítica, os conceitos de dispositivo de segurança e governamentalidade se relacionam.

Na busca pela identificação de uma tecnologia contemporânea da segurança, Foucault (2008) apresenta o conceito de dispositivo de segurança. Esse dispositivo surge, segundo o filósofo, no contexto em que a sociedade cria um modo de lidar com as infrações das leis não a partir de punições exemplares ou correções ortopédicas, mas com a prevenção, o controle e uma estatística da criminalidade. Em sua efetivação, em vez de atuar sobre o indivíduo, ou ao conjunto deles imediatamente, tratar-se-ia de construir uma tecnologia de intervenção mediata sobre a população. O dispositivo de segurança se valeria, distinguindo-se dos mecanismos disciplinares, de técnicas que visam ao meio como ponto de intervenção:

Os dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser portanto aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem (Foucault, 2008, p. 28).

---

<sup>10</sup> As técnicas e tecnologias do poder disciplinar, como o complexo panóptico das prisões, das fábricas, dos manicômios e das escolas, tinha por objeto os corpos individuais; era sobre cada indivíduo que o controle de vigilância se estabelecia, era sobre o corpo anatômico que a norma ortopédica se exercia, regulando posturas, condutas e produzindo subjetivações.

<sup>11</sup> Segundo nossa interpretação, entre essas duas séries circula a norma; a norma estabelecerá tanto os parâmetros científicos reguladores da organização populacional, como também os parâmetros de conduta anátomo-corporal do indivíduo.

A partir do dispositivo de segurança, Foucault (2008, p. 8) busca estudar a configuração do que se entende por segurança nas sociedades modernas. Especialmente, esse conceito permite inserir o crime (como o roubo) em um mecanismo geral de previsibilidade que estabelece, por um lado, uma média considerada ótima e um limite do ato socialmente aceitável, ao qual não será permitido ultrapassar. Assim, passa a se esboçar na sociedade “toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos [de poder]” (Foucault, 2008, p. 9).

Entendemos que o conceito de dispositivo de segurança torna possível, na análise foucaultiana, apreender uma rede de estratégias e tecnologias destinada a resolver o problema da circulação no seio da população (fluxos de pessoas, de mercadorias etc.) e a instituir uma previsibilidade mobilizada pela preocupação com o futuro, com o que pode ou não vir a acontecer no meio social. Trata-se, em nossa perspectiva, de um conceito que complementa os conceitos de biopolítica e de poder disciplinar. Pois, enquanto este trata do corpo anatômico e individualizado e aquele trata do corpo coletivo da espécie, os dispositivos de segurança se direcionam ao meio em que indivíduos e populações se inserem, estabelecendo a mediação entre as duas modalidades de exercício de poder.

Ainda no curso *Segurança, território e população* (2008), na esteira do tema da população, Foucault vai localizar um outro problema, a saber, o problema do governo. Ele notará que, a partir do século XVI, toda uma literatura preocupada com as chamadas artes de governar surge na Europa. Mas, note-se, essa ideia de governar não tinha, nesse momento, o mesmo sentido que a nossa ideia contemporânea de governar, conforme a qual, tendemos imediatamente a associar o exercício de governo ao Estado. Essas artes de governar, mencionadas por Foucault, tinham um alcance mais abrangente. Dizem respeito, por exemplo, a governar uma casa, governar almas, governar crianças, governar uma província, governar um convento, uma ordem religiosa, governar uma família etc. (Foucault, 2008, p. 124).

Foucault nota que a preocupação crescente com o tema do governo, na Europa, é fomentada pela obra *O príncipe*, de Maquiavel, à qual, a maior parte desse tipo de literatura irá se contrapor. A concepção de governo apresentada por Maquiavel estaria centrada no papel do soberano e sobre sua forma de conquistar e de manter um Estado sob domínio. Contra essa concepção de governo, a literatura sobre governo emergente apontou objeções em relação a três pontos: (1) a posição singular, exterior e transcendente do príncipe em relação ao principado; (2) a fragilidade do governo do príncipe, que se dá por conta de sua exterioridade e singularidade; e, por fim, (3) o fato de que o único objetivo do governo do príncipe era o de conquistar e manter seu próprio poder (Foucault, 2008, p. 122).

Contra a teoria maquiaveliana, surgirá uma noção de governo distinta: o governo deverá ser exercido de dentro e ao longo da sociedade por múltiplos atores em suas diferentes funções sociais (como, por exemplo, pelo pedagogo, pelo pai de família e pelo príncipe). Dentro desse esquema, o governo do Estado, executado pelo príncipe, aparece como uma modalidade de governo e não como o único governo possível. Outra diferenciação importante ressaltada por Foucault, é a que foi trazida por La Perrière no século XVIII, que apontou o caminho para a constituição de uma série de tecnologias de poder – entre elas, segundo Foucault, a da própria economia política. Segundo a concepção defendida por La Perrière, governar é dispor corretamente das coisas com o objetivo de levá-las a um fim adequado (Foucault, 2008, p. 127-30).

Com base na concepção apresentada por La Perrière, Foucault perceberá que a literatura de então não tratará mais de pensar o governo como um modelo familiar, onde o príncipe, como um pai de família, deve obter o bem-estar comum da sociedade – tal era o modelo de governo corrente na soberania. No novo vocabulário nascente, governar passa a ser conduzir cada coisa a uma finalidade que lhe é própria; passa a ser acionar um mecanismo político em que cada ator social execute uma função, em que coisas, populações e indivíduos (tomados também como coisas), circulam e se realizam num circuito profundamente racional e científico.

É preciso ressaltar que, longe de se tratar de um mero conjunto de elucubrações teóricas, a literatura sobre governo analisada por Foucault estava fundada em um processo real de transformações sociais. Com a expansão monetária, a explosão demográfica, o crescimento da produção agrícola, entre outros fatores históricos, aos quais Foucault resume sob a alcunha de “problema da população” (Foucault, 2008, p. 137-8), não só serão *pensados* novos modelos de organização social, como esses modelos serão efetivamente *implementados* como tecnologias políticas.

Com o surgimento da população como um fenômeno social, haverá o problema de se estabelecer um bom governo que dê conta da multiplicidade. Visando esse problema histórico, Foucault ressaltou a relevância do nascimento da estatística como ciência do Estado. A estatística possibilitará entender que “a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes” (Foucault, 2008, p. 138). Será, portanto, com base na estatística que o modelo familiar de governo do Estado poderá ser definitivamente superado, abrindo caminhos para a emergência da “governamentalidade” como estrutura de uma nova racionalidade política. No novo modelo governamental, importará menos uma relação personalista como aquela presente no regime da soberania, e mais os aparatos, dispositivos e técnicas de exercício de poder. Com o fim do antigo regime, em outras palavras, a figura de autoridade transcendente e

centralizada do príncipe, de caráter inclusive teológico, cedeu lugar a um maquinário político diluído e imanente ao conjunto populacional, e a autoridade passou a ser exercida pelo discurso científico-jurídico.

Em torno do problema do governo, bem como no da implementação de estratégias e dispositivos políticos no e por meio do Estado, Foucault formulou o conceito de governamentalidade. Nas palavras do autor, esse conceito é caracterizado do seguinte modo:

Por essa palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (2008, p. 143-4).

Em suma, com o conceito de governamentalidade Foucault visa abarcar uma rede complexa de estratégias, dispositivos, técnicas e saberes que veio se constituindo desde o alvorecer da modernidade, até se consolidar em instituições estatais e seus respectivos saberes científicos, como a estatística, a economia política e as ciências da saúde. Por meio desse conceito, Foucault sinaliza a culminação teórica, política e histórica de um longo processo que instaurou uma nova racionalidade política, de modo a produzir um saber científico sobre o ser humano, bem como, a partir disso, um modo de governá-lo de modo eficaz. Cria-se, portanto, um governo sobre um tipo específico de objeto, que é a população e que se efetiva a partir dos seguintes modos: a disposição; a circulação; o controle; o cálculo; a previsão e, por fim, a gestão do conjunto cientificamente conhecido de corpos humanos, que se dá no plano de imanente da sociedade.

Julgamos relevante o conceito de governamentalidade e o estilo foucaultiano de interrogação histórico-filosófica por apontarem para a dimensão histórica da racionalidade política subjacente às instituições modernas de governo coletivo e individual (conduzindo condutas, produzindo subjetivações), mas também por mostrarem sua evolução histórica, sua provisoriedade e seu caráter dinâmico e mutável. No entanto, a demarcação foucaultiana da emergência da governamentalidade nos é especialmente relevante por revelar uma nova série de circunstâncias para o exercício político na modernidade. Nesse contexto, o político deixa de estar a serviço da autoridade monárquica transcendente e passa a estar a serviço de um circuito tecnológico e científico de organização, de

circulação e de gerenciamento populacional – em que a economia política herda o lugar do discurso legitimador, que antes fora ocupado pelo discurso religioso.

Feitas as necessárias adequações, é possível estender a reflexão de Foucault sobre o governo moderno a contextos e situações históricas distintas. Esse é o caso das discussões teóricas recentes, no âmbito da filosofia política contemporânea, que repensam e incorporam conceitos como o de governamentalidade para analisar contextos marcados por outras epistemes. Na sequência de nossa exposição, apresentaremos alguns desenvolvimentos da racionalidade política, nos modos contemporâneos de governo e de subjetivação, a partir do conceito de governamentalidade algorítmica. Com essa reformulação do conceito foucaultiano original, a partir de Rouvroy e Berns (2015), e seu emprego em Rodríguez (2018) e Vilalta (2020), buscaremos indicar possíveis continuidades e descontinuidades no processo de racionalização política moderna.

### **Sociedades de controle e governamentalidade algorítmica**

Para introduzirmos uma discussão sobre tecnologias informacionais como tecnologias políticas, no contexto contemporâneo, julgamos relevante começar com Deleuze e sua célebre hipótese sobre as sociedades de controle (1992). Partindo de Foucault, Deleuze argumenta que houve uma mutação no capitalismo. Iniciada com a crise das sociedades industriais, que ocorreu a partir da Segunda Guerra Mundial, essa mutação trouxe um novo modo de configuração de poder, que culmina nas sociedades de controle. Emerge, então, um quadro sociotécnico que se vale de dispositivos informacionais e computacionais para a efetivação de um novo modo de governo, com seus efeitos na subjetividade.

Para apresentar a novidade do paradigma<sup>12</sup> do controle, Deleuze (1992) apresenta uma série de pares contrapostos, para diferenciá-lo do paradigma disciplinar. Dentre essas contraposições, mencionamos as seguintes: nas sociedades de controle, o modelo que impera nas relações humanas não é o da fábrica, mas o da empresa. Em vez de nos constituirmos subjetivamente por meio de limites bem demarcados, que afetam diretamente a carne, o que conta hoje é a motivação, o autocontrole e a flexibilidade, que tornam as atividades descontínuas e as relações consigo mesmo, fluidas. Nas sociedades disciplinares, a subjetividade era produzida por moldes, como os muros da fábrica, do manicômio, da prisão etc., já nas sociedades de controle, o que impera são as modulações. Cada

---

<sup>12</sup> Usamos a palavra paradigma aqui como um sinônimo de modelo. Uma vez, no entanto, que a palavra modelo pode ter aplicações mais amplas que a de paradigma, parece mais adequado falar em paradigma quando nos referimos a um conjunto de saberes e técnicas que se agrupam por características específicas e intercambiáveis, como é o caso do que estamos aqui chamando de paradigma do controle.

indivíduo é subjetivado informacionalmente por meio de tecnologias que permitem uma fluidez e mobilidade maior do que era possível por meio de tecnologias disciplinares. Por conta da fluidez da subjetividade, Deleuze chama a atenção para o surgimento de uma divisão no interior da individualidade, em que se instaura um princípio de competitividade do indivíduo consigo mesmo. A subjetivação não é mais, nas sociedades de controle, produzida de modo unitário, homogêneo e fechado, como o era na época dos moldes disciplinares, mas aberta, inconstante e cindida – o que faz Deleuze cunhar o termo de *divíduo* para diferenciar esse novo modo de produção subjetivante, que não produz mais o modelo de indivíduo, que era produzido pela disciplina.

Em resumo, Deleuze percebeu a hegemonia contemporânea das tecnologias informacionais de comunicação (TIC) sobre os modos de relação interpessoal, de subjetivação e de governo. Sua análise deu o tom de uma nova era governamental, que viria a configurar o que autores mais recentes chamam de governamentalidade algorítmica. Essa análise buscou as mutações no capitalismo ocorridas a partir da Segunda Guerra. Nos estudos de Rodríguez (2018) e Vilalta (2020), é possível notar que uma racionalidade política já vinha sendo gestada desde então, como pode ser depreendido de um caso paradigmático do campo do saber informacional, que é o da Cibernética.

A Cibernética foi uma espécie de programa científico constituído na década de 1940 e sistematizada por Wiener (2019), que se centrava, grosso modo, nos problemas da comunicação e do controle nos animais e nas máquinas<sup>13</sup>. Estudando o funcionamento neurofisiológico de organismos, pesquisadores deste programa puderam compreender relações informacionais passíveis de ser mensuradas e instrumentalizadas em sistemas artificiais, como os computadores<sup>14</sup>. Ao compreender a comunicação a um nível aquém e além do humano<sup>15</sup>, a Cibernética permitiu a instauração de um novo regime epistêmico em torno da informação.

Entendendo que a Cibernética é um campo complexo de estudos e investigação, nós não apresentaremos seu impacto no âmbito científico ou filosófico imediato, mas nos limitaremos ao modo como alguns dos discursos, técnicas e noções dela provenientes foram incorporados na

---

<sup>13</sup> Esse duplo problema constitutivo da cibernética é, inclusive, o subtítulo do principal livro de Wiener, cujo título completo é *Cybernetics: or control and communication in the animal and the machine* (2019).

<sup>14</sup> Partindo de uma investigação neurofisiológica, Wiener observou que o sistema nervoso central não era um órgão isolado, mas funcionava em um processo de circularidade em relação aos músculos e órgãos sensoriais. Isso lhe permitiu entender a dinâmica do sistema nervoso, em que não há separações estanques entre suas partes, mas uma coerência comunicacional que as envolve de modo relacional (2019, p. 13). Essa descoberta propiciou, posteriormente, uma abstração do processo comunicacional inerente ao organismo corporal, para a sua reprodução em sistemas artificiais.

<sup>15</sup> Heims (1991) e Kline (2015) apresentam, em seus estudos históricos sobre a Cibernética, o quanto essa ciência se apresentou como multifacetada e de amplo alcance, de modo que seus conceitos gerais de retroalimentação, informação e controle foram aplicados no estudo tanto da escala micro dos seres vivos, como da escala macro dos sistemas ecológicos – ou mesmo cosmológicos.

contemporaneidade para a efetivação de um modo de governo. Nesse sentido, Vilalta aponta que a Cibernética, possibilitou um novo trato dos objetos e seres a partir de uma nova linguagem:

[...] por meio da proposição de uma linguagem e de ferramentas (lógico-matemáticas, científicas e computacionais-cognitivas) que não mais *representassem* as coisas, os seres, os objetos, mas *que operassem a partir de seu interior*. Os símbolos, os dígitos binários (*bit*) e a lógica passam a compor as coisas desde dentro. A cibernética instaura um *sistema geral de equivalências* entre todos os tipos de seres e objetos fazendo com que todos sejam considerados e operados como sistemas organizados que se comunicam a partir de dados (Vilalta, 2020, p. 4 [grifos do original]).

Mais especificamente, o contexto científico que emergiu com a Cibernética permitiu a construção de modelos abstratos da mente, de modo que suas faculdades vieram a encontrar seu lugar no universo material “sempre apenas como propriedades de sistemas de processamento de informação” (Dupuy, 1994, p. 27). Aí sim, tornou-se possível o movimento relatado por Vilalta, em que a linguagem surgida com a Cibernética permitiu operar por dentro os sistemas funcionais, podendo equivaler seres humanos (especialmente sua mente ou sua inteligência) a outros seres, orgânicos ou artificiais.

Entendemos que o programa da Cibernética não deve ser reduzido, inicialmente, a um propósito necessariamente político de vertente (neo)liberal. No entanto, dado ao caráter das formulações a que esse programa chegou acerca dos modos de funcionamento dos sistemas comunicacionais em geral (organismos, circuitos eletrônicos, sociedades...) – que operam por *inputs* (entradas), *outputs* (saídas) e por *feedbacks* (retroalimentação) informacionais –, suas descobertas permitiram a instrumentalização de estratégias e tecnologias visando relações comunicacionais de variados espectros, abrindo caminho para um exercício governamental informacional ubíquo.

A Cibernética alinhou os conceitos de retroalimentação informacional, controle<sup>16</sup> e homeostase<sup>17</sup> para pensar a sociedade como um organismo vivo que precisa manter suas variações fisiológicas dentro de um limite estável, que permita sua sobrevivência e reprodução no tempo. Bardin e Ferrari (2022) argumentam que essa perspectiva passou a ser incorporada na governamentalidade neoliberal. Elegendo o mercado como parâmetro de funcionamento saudável de

---

<sup>16</sup> Entendemos que o tema do controle é muito relevante pois ao mesmo tempo é uma preocupação central da Cibernética (vide o subtítulo da principal obra de Wiener na nota 12), enquanto busca de encontrar os mecanismos de controle neurofisiológicos dos organismos e sua implementação em autômatos, como também é central no estudo governamental no contexto das sociedades de automação (Stiegler, 2016; Pasquinelli, 2013). Não à toa Deleuze nomeia o modelo de nossa época como o de sociedade de *controle*. Entretanto, este tópico (do controle) não será propriamente desenvolvido nos limites deste artigo.

<sup>17</sup> Homeostase é um conceito desenvolvido pelo médico Walter Cannon (1871-1945) a partir da noção de ‘meio interno’ de Claude Bernard (1813-1878). Na caracterização de Bardin e Ferrari (2022, p. 153 [tradução nossa]): “Homeostase descreve os mecanismos de regulação automática através dos quais um organismo pode manter um estado de equilíbrio saudável em seu meio interno, equilibrando reações e ações no ‘meio externo’”.

uma sociedade – em última análise, identificando-os –, no neoliberalismo tratar-se-á de eliminar quaisquer ameaças à ordem mercadológica. Essa governamentalidade buscará manter uma ‘homeostase social’, através da administração de riscos de natureza financeira, insurrecional, ecológica etc., que possam emergir. Em outras palavras, no contexto neoliberal, manter a sociedade em equilíbrio homeostático significará mantê-la sob os limites do livre-mercado<sup>18</sup>.

A homeostase social e a manutenção da sociedade de mercado se dão pelo controle comunicacional de cada movimentação individual e coletiva capturável pelos dispositivos informacionais. Nesse sentido, na rede de saberes que giram em torno da Cibernética, a informação, enquanto conceito operacional e “entidade” instrumentalizável, ganhará uma proeminência. Com base na informação foram construídos sistemas automatizados que permitiram a circulação e retroalimentação de mercadorias, como bens de consumo e de entretenimento, bem como foi possível um controle econômico e social com base em recursos computacionais – os Big Data superam os antigos censos, permitindo um controle muito mais profundo sobre a população e sobre os indivíduos. Nesse contexto, segundo o coletivo Tiquun, no neoliberalismo: “A informação tornou-se uma riqueza a ser extraída e acumulada, transformando o capitalismo em *auxiliar* da cibernética” (Tiquun, 2020, p. 59 [tradução nossa]).

Em síntese, com base no saber tecno-informacional fundado no contexto da Cibernética, novos dispositivos de poder vieram a ser produzidos no capitalismo contemporâneo. A partir de um controle cada vez mais ubíquo sobre comportamentos, tendências e gostos individuais, bem como por uma influência mais profunda das tecnologias de poder na intimidade e na subjetivação (com base em dispositivos informacionais sofisticados), emergirá nas sociedades contemporâneas, uma *governamentalidade algorítmica*.

Mas o que vem a ser a governamentalidade algorítmica? Rouvroy e Berns dão-nos uma breve caracterização:

---

<sup>18</sup> Há uma interessante passagem em Bardin e Ferrari (2022), em que se traça uma relação entre a ideologia do ‘gestão de riscos’, o uso da homeostase como um dispositivo governamental, e a redução da ideia de progresso a uma reprodução da sociedade neoliberal: “No neoliberalismo, a continuação ‘espontânea’ do mercado é paradoxalmente assumida como o objetivo da política, o que implica a redução do progresso a uma sequência de adaptações sociais preventivas a riscos ‘locais’ sempre emergentes dentro da estrutura naturalizada do mercado. Assim, a promoção neoliberal da ética da gestão de riscos – um estilo de vida informado por planejamento constante, gerenciamento de recursos etc. – é uma das ferramentas ideológicas mais poderosas para a preservação da homeostase social dentro da economia de mercado. Esse governo do comportamento é capaz de desativar a potencial reinvenção das formas sociais. A ‘governamentalidade’, assim concebida, não é simplesmente uma questão de evitar o risco de um evento radicalmente perturbador, mas sim de governar sua possibilidade como tal. Os mecanismos ‘progressivos’ de reprodução social regidos pela dinâmica aberta do mercado, portanto, absorvem inteiramente o que é um tipo completamente diferente de ‘risco’, representado pela inventividade e imaginação humanas [...] (p. 258 [tradução nossa])”.

Por governamentalidade algorítmica, nós designamos [...] globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis (2015, p. 42).

Notamos, nesta passagem, uma diferença crucial entre a governamentalidade algorítmica e a governamentalidade tradicional apresentada por Foucault. Pois, como lembramos, a norma tinha um papel fundamental no estabelecimento científico de controle populacional nas sociedades disciplinares. Já no contexto do capitalismo contemporâneo, pautado em um paradigma epistêmico informacional, surgirão novos recursos tecnológicos, que fazem com que o modelo estatístico-normativo tradicional seja deixado em segundo plano.

A governamentalidade algorítmica se vale de esquemas de controle estatístico automatizados. A estatística clássica parte de uma convenção (norma) prévia que serve para adequar os dados que se busca analisar; é um critério que surge como princípio de análise e de conformidade. Já no procedimento algorítmico, os dados são processados a partir de correlações que emergem dos próprios dados – extraídos de cada usuário humano. Esse esquema estatístico inteligente possui um caráter singularizante, caracterizando perfis específicos de usuários, e móvel, uma vez que está continuamente crescendo e se modificando conforme mais dados entram no processo. Já o esquema estatístico tradicional se pautava em um modelo generalizador (populacional) e estático.

A despeito da diferença crucial em relação ao modelo estatístico-normativo da governamentalidade tradicional, algumas continuidades podem ser apreendidas das transformações históricas que viemos abordando. Como uma espécie de continuidade do problema do governo, inaugurado no século XVI, no regime informacional contemporâneo a governamentalidade algorítmica vem para responder a diversas questões políticas históricas, como aquelas relativas à circulação no seio da população; ao meio como ponto de intervenção; ao problema da previsibilidade e antecipação de riscos futuros; e, por fim, à preocupação da economia política em geral.

O modo como essas velhas questões entram no cálculo governamental, hoje, no entanto, possui suas especificidades. Entendemos que, ao problema da circulação populacional, será acrescentado o problema da circulação virtual automatizada de cifras, dados, informações e toda uma sorte de mercadorias imateriais. Em conformidade à virtualização dos espaços digitais, o meio, também, deixará de ser entendido puramente como o espaço físico em que corpos e conjuntos de corpos se relacionam; emergirá, pois, um *meio digital*, levantando novos problemas e novas estratégias de controle. Também, em relação à necessidade governamental de prever e calcular riscos, houve uma radicalização. A partir das traumáticas crises do século XX, especialmente a dos anos 1970, que desencadeou uma financeirização da economia, tornou-se necessário a construção de

mecanismos de previsibilidade e cálculos de riscos mais precisos – uma vez que a economia financeira não se funda nos lastros materiais produtivos, mas nas previsões e expectativas de lucros; o que torna a economia perenemente sujeita a riscos (Singer, 2000).

Tendo em vista algumas das preocupações do governo algorítmico, julgamos relevante entender, também, seu modo de operação. Para isso, uma esquematização dos Tiquun, em uma releitura de Karl Deutsch<sup>19</sup>, nos dá uma possível linha interpretativa. Segundo essa esquematização, na era informacional:

Governar será inventar uma coordenação racional dos fluxos de informação e decisões que circulam no corpo social. Três condições [...] tornarão isso possível: instalar um conjunto de sensores para garantir que nenhuma informação vinda dos “sujeitos” seja perdida; processar as informações por meio de correlação e associação; e situar-se perto de cada comunidade viva (Tiquun, 2020, p. 30 [tradução nossa]).

Nesta passagem, o coletivo anarquista francês indica, em sua leitura, a dimensão programática e política da Cibernética, que visa estabelecer uma espécie de novo modo de governo biopolítico (governo da comunidade viva), a partir de um controle informacional. Essa esquematização dos Tiquun parece se alinhar ao que propõem Rouvroy e Berns (2015) sobre as etapas em que se efetua a governamentalidade algorítmica. Conforme os autores, o governo algorítmico se efetiva em três momentos: (1) coleta de quantidade massiva de dados e constituição de *datawarehouses*; (2) tratamento de dados e produção de conhecimento; e (3) ação sobre os comportamentos. Primeiramente, os dados são extraídos de incontáveis maneiras e armazenados em quantidade massiva. Em seguida, os dados são processados e correlacionados de modo a gerar informações relevantes sobre os usuários e, por fim, com essas informações relevantes, os algoritmos criam perfis de usuários a serem explorados política e comercialmente ou enquadrados policialmente<sup>20</sup>, em um esquema de vigilância ubíqua.

Nesse esquema governamental, Rouvroy e Berns (2015) chamam a atenção para duas consequências nocivas, sendo elas a aparência de realidade expressa no procedimento algorítmico, fundada na pretensa objetividade dos dados, e a perda da autonomia dos usuários das tecnologias informacionais. A primeira consequência é problemática porque ela esconde a dimensão parcial e

---

<sup>19</sup> Falamos *policialmente*, aqui, no sentido mais amplo da palavra, que se refere a um saber ou técnica de vigilância, incorporado nas malhas do governo, que visa ao controle singular de indivíduos.

<sup>20</sup> Nota de rodapé. (Times New Roman, 10, sem espaçamento entre linhas, sem recuo, justificada, com espaço de 3 pt antes do parágrafo).

politicamente direcionada dos mecanismos algorítmicos de processamento de dado – pois os algoritmos<sup>21</sup> são programados conforme estratégias governamentais.

A segunda consequência negativa propiciada pela governamentalidade algorítmica se encontra, em verdade, intimamente interligada com a primeira. Na medida em que os sistemas computacionais, que servem de base para o governo algorítmico, funcionam por meio de informações binárias, o que por eles são extraídos e processados, dos seres humanos que se encontram em seus terminais, são puramente dados brutos. São apenas dados imediatamente insignificantes, que adquirirão significado somente no momento de seu processamento mecânico.

Seguindo Rouvroy e Berns (2015), entendemos que na rede algorítmica de governo há uma perda da distinção do sujeito humano enquanto agente, uma vez que o usuário nela integrado reduz-se a ações puramente maquínicas: fornecer dados; curtir ou rejeitar anúncios publicitários (num ambiente em que não há clara distinção entre publicidade e produto); acionar ou não acionar certas funções (como mobilizar um motorista, um entregador, ou uma parceira romântica) etc. Nas funções (re)produtivas do capitalismo conduzido por tecnologias informacionais de comunicação, o ser humano não precisa ser interpelado como sujeito com história, ou como detentor de uma alma a ser salva; tampouco precisa ser moldado na carne por pesada maquinaria disciplinar<sup>22</sup>. No contexto do poder informacional, o ser humano é tomado antes como um perfil (de usuário, de consumidor, de bom ou mal pagador, de criminoso em potencial etc.) a ser enquadrado nas plataformas digitais adequadas.

Há uma delegação dos interesses, dos gostos e da identidade do indivíduo ao dispositivo algorítmico. Essa delegação cria um efeito de perda de significado, uma vez que a significação passa a ser produzida automaticamente e externamente ao indivíduo. As canções, as séries, a indumentária, a identidade cultural, em suma, são indicadas ao usuário segundo os rastros que este deixa em sua ação no meio digital. Ele não precisa criar significado, nem criar experiência estética por si mesmo, uma vez que as plataformas as criam artificialmente e as entregam como produtos prontos a serem consumidos. É como se na relação usuário humano/sistemas computacionais artificiais, o primeiro cedesse ao segundo a função de elaborar significativamente os dados relativos a si mesmo. Nessa relação, diante de um processador algorítmico de dados, a identidade do usuário se torna o efeito

---

<sup>21</sup> Nosso entendimento de algoritmo segue a caracterização dada por Rodríguez, para quem o algoritmo é “um conjunto finito de instruções ou passos que servem para executar uma tarefa ou resolver um problema de tipo matemático por meio da manipulação de símbolos” (Rodríguez, 2018, p. 18).

<sup>22</sup> Seria leviano e errôneo afirmar que esses outros modos de assujeitamentos tenham deixado de existir; que as tecnologias disciplinares, jurídicas ou disciplinares não tenham mais função na contemporaneidade. Apenas queremos ressaltar que o “sujeito” (se é que podemos chamá-lo assim) por excelência da governamentalidade algorítmica é aquele produzido no contexto digital como perfil ‘incorpóreo’, destinado a cumprir funções maquínicas.

produzido por um dispositivo informacional de governo<sup>23</sup>. Em outras palavras, nesse esquema, o indivíduo é explorado para fornecer dados brutos a-significantes para posteriormente consumi-los como produtos significativos que se conectam com seus interesses mais íntimos.

Segundo Rouvroy e Berns:

A governamentalidade algorítmica não produz qualquer subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados 'infraindividuais' insignificantes neles mesmos, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar. O momento de reflexividade, de crítica, de recalcitrância, necessário para que haja subjetivação parece, incessantemente, complicar-se e ser adiado (2015, p. 42)

Esse modo algorítmico de (des)subjetivação se difere daqueles centrados na disciplina e nos dispositivos jurídicos tradicionais. Pois, ressaltam Rouvroy e Berns, “o sujeito do poder algorítmico não é o do corpo físico ou da consciência moral, mas dos perfis automáticos que lhe são atribuídos” (2015, p. 43). É preciso ressaltar que os perfis só são possíveis de serem atribuídos porque, de antemão, o sistema de processamento informacional já foi fartamente alimentado por dados pessoais.

A atribuição de perfis consiste na etapa final do governo algorítmico, destinada, conforme Rouvroy e Berns, à “ação sobre os comportamentos.” Nessa etapa, as tecnologias algorítmicas se apresentam como os dispositivos de poder privilegiados da contemporaneidade. Porque elas não precisam mais interferir externa e coercitivamente sobre o corpo, como nas disciplinas, nem precisam interpelar o sujeito por meio de uma linguagem significativa, como na esfera jurídica. As tecnologias algorítmicas agem por meio de uma linguagem a-significante, pois o que conta na relação humano/máquina informacional são os *inputs* e *outputs*. Nessa relação, há somente um acoplamento dos canais perceptivos humanos a sensores artificiais, que gera uma espécie de circularidade cibernética, à qual o usuário é subsumido. Na medida em que esse circuito informacional é automático, o que resta ao usuário humano, nele, é ser seu terminal de alimentação.

Em resumo, a partir dos efeitos produzidos pelas tecnologias comunicacionais automatizadas, os usuários humanos perdem o domínio sobre a dimensão significativa de si mesmos, relegando-a a dispositivos de poder sofisticados. O risco desse processo é o da “servidão maquínica”<sup>24</sup>, em que o humano é colocado em uma relação cuja finalidade governamental, em última análise, é fazer reproduzir a racionalidade política contemporânea centrada no capitalismo informacional.

---

<sup>23</sup> Isto é, seus gostos, interesses e comportamentos de certa forma passam a ser conduzidos e condicionados pelo processo algorítmico, que extrai os dados dos usuários e os utiliza para a formulação de um perfil manipulável dentro do circuito econômico-cultural que rege esse funcionamento técnico.

<sup>24</sup> Empregando o conceito desenvolvido por Guattari, Rouvroy e Berns (2015) nomeiam essa relação do usuário humano frente ao dispositivo algorítmico de “servidão maquínica”.

Em linhas gerais, portanto, a governamentalidade algorítmica constitui-se a partir do paradigma de poder centrado nos saberes e técnicas informacionais, que emergem de instituições disciplinares. Esse novo paradigma se vale de uma nova *episteme*, que surge em torno da Cibernética, que coloca novos saberes em jogo, abrindo caminho para novas formas de compor a relação subjetiva (mais ou menos humana, mais ou menos maquina) a partir da lógica do controle. No governo algorítmico, os seres humanos são concebidos como máquinas informacionais a serem algoritmicamente controladas. Diferindo-se das estratégias jurídico-disciplinares de subjetivação, em que o significado e o corpo anatômico tinham preponderância, nas estratégias algorítmicas o que importa são os circuitos informacionais pré-linguísticos e não mais produzem sujeitos humanos, mas perfis virtuais. Esse parece ser o cenário que a racionalidade política nos lançou contemporaneamente. Lembra-nos um pouco a afirmação de La Perrière, para quem governar é dispor corretamente das coisas com o objetivo de levá-las a um fim adequado. Nesse estágio da governamentalidade (pós-/hiper-)moderna, no entanto, não só os corpos humanos se tornaram coisas a serem dispostas, mas também aquilo, que antes foi chamado de alma, tornou-se estrutura formal abstrata, passível de um escrutínio materialista e científico, por meio de uma *episteme* informacional, e de ser controlada e explorada economicamente.

### **Considerações finais**

Nossos objetivos neste trabalho foram investigar alguns dos traços centrais do que seria a governamentalidade algorítmica, bem como investigar as continuidades e discontinuidades que ela estabelece em relação à governamentalidade tradicional, analisada por Foucault. Concluímos, com base em Rouvroy e Berns (2015), Rodríguez (2018) e Vilalta (2020) que a governamentalidade é uma racionalidade política que se vale de processamentos automáticos e massivos de dados, de base (a)normativa e (a)política, que visa ao controle e à intervenção dos e nos usuários humanos, por meio de tecnologias informacionais inteligentes.

Também concluímos que a governamentalidade algorítmica parte de problemas semelhantes aos problemas históricos da governamentalidade tradicional, como os problemas relativos à circulação no seio da população, ao meio como ponto de intervenção, ao problema da previsibilidade e antecipação de riscos futuros e à preocupação da economia política de modo geral. No entanto, ela se diferencia no modo em que opera, pois já não atua sobre uma economia puramente material, não intervêm somente em meios naturais ou urbanos, mas também digitais; bem como não tem no corpo anatômico e na linguagem significativa os focos e instrumentos de subjetivação. No governo

algorítmico, não se produz subjetividades nos moldes tradicionais, se cria perfis virtuais *dividuais* e não sujeitos jurídicos, nem indivíduos corporificados, propiciando uma “servidão maquínica.”

Por fim, tendo em vista a emergência de novas tecnologias governamentais, mais sofisticadas e inteligentes, poderíamos nos aterrorizar, questionando para onde estamos indo e se estamos determinados a sermos subsumidos às máquinas algorítmicas. No entanto, nas relações de poder, como essas que ora vislumbramos, não há um caminho completamente fechado; é sempre preciso haver uma brecha, uma linha de fuga, onde a imanência da vida possa encontrar vazão – é inclusive essa abertura o que alimenta as relações de poder, já que de outro modo elas se enrijeceriam até cessarem de existir. Resta-nos encontrar essas linhas de fuga, o que só pode ocorrer, acreditamos, se entendermos os fundamentos de nossa opressão. Pois, conforme lembra Foucault, “a libertação só pode ser alcançada através do ataque às próprias raízes da racionalidade política – e não a um ou outro de seus efeitos” (2006, p. 385). O que nos resta, portanto, é atacar as raízes da racionalidade algorítmica que nos governa. Talvez assim possamos encontrar caminhos para novos modos técnicos de nos havermos conosco mesmos e com a pluralidade viva do mundo.

### Referências bibliográficas

- BARDIN, A; FERRARI, M. Governing progress: From cybernetic homeostasis to Simondon’s politics of metastability. **The Sociological Review Monographs**, Keele, v. 70, n. 2, p. 248–263, 2022.
- CASTRO, E. **EI vocabulário de Michel Foucault**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2004.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DEUTSCH, K. **The Nerves of Government: models of political communication and control**. New York: The Free Press, 1966.
- DUPUY, J-P. **Nas origens das ciências cognitivas**. SP: Ed. Unesp. 1994.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1998.
- \_\_\_\_\_. Omnes et Singulatim: uma Crítica da Razão Política. In.: FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber** (Ditos & Escritos IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

- \_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- HEIMS, S. J. **The cybernetics group**: constructing a social science for postwar America. Cambridge: The MIT Press, 1991.
- KLINE, R. R. **The cybernetics moment**: or why we call our age the information age. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015.
- MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- PASQUINELLI, M. Capitalismo maquínico e mais-valia de rede: Notas sobre a economia política da máquina de Turing. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, nº 39, p. 13-36, 2013.
- RODRÍGUEZ, P. Gubernamentalidad algorítmica — sobre las formas de subjetivación en la sociedad de los metadatos. **Revista Barda**, Neuquén, n. 6, p. 14-35, jun. de 2018.
- ROUVROY, A; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662>
- SINGER, P. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.
- STIEGLER, B. **Automatic Society 1**: The future of work. Cambridge: Polity Press, 2016.
- TIQQUN. **The Cybernetic Hypothesis**. Cambridge: The MIT Press, 2020.
- VILALTA, L. P. O neoliberalismo é uma governamentalidade algorítmica. **Lacuna**, São Paulo, n. 9, p. 7, 2020.
- WIENER, N. **Cybernetics**: or control and communication in the animal and the machine. Cambridge: The MIT Press, 2019.